



Concurso Público

Cargo 1:

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR II

Área:

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Aplicação: 5/6/2005



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 120**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **6/6/2005**, a partir das 16 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/embrapa2005 — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **7 e 8/6/2005** – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/embrapa2005.
- III **6/7/2005** – Resultado final das provas objetivas e do concurso — para o cargo 1: locais mencionados no item I e Diário Oficial da União.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2005 – EMBRAPA, de 8/4/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

• Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8

1 Uma solução não apenas aparente mas real é a que
passou à história com o nome de maquiavélica, porque, de um
modo ou de outro, com ou sem razão, sempre esteve associada
4 ao autor de **O Príncipe**. Aqui, o dualismo está baseado na
distinção entre dois tipos de ações, as ações finais, que têm um
valor intrínseco, e as ações instrumentais, que somente têm
7 valor enquanto servem para que se alcance um fim
considerado como tendo valor intrínseco.

Não há teoria moral que não reconheça essa distinção.
10 Para dar um exemplo conhecido, a ela corresponde a distinção
weberiana entre ações racionais referidas ao valor e ações
racionais referidas ao fim. Por isso, não há teoria moral que
13 não se dê conta de que a mesma ação pode ser julgada de dois
modos diversos, segundo o contexto em que se desenrola e a
intenção com que é realizada.

16 O que constitui o núcleo fundamental do
maquiavelismo não é tanto o reconhecimento da distinção
entre ações boas em si e ações boas não por si mesmas, mas a
19 distinção entre moral e política com base nessa distinção, isto
é, a afirmação de que a esfera da política é a esfera das ações
humanas instrumentais, que, como tais, devem ser julgadas
22 não em si mesmas, mas com base na sua maior ou menor
idoneidade para o alcance do fim.

Isso explica a amoralidade da política no sentido de
25 que a política, em seu todo, é um conjunto de atividades
reguladas por normas e avaliáveis com um certo critério de
juízo.

28 A solução maquiavélica da amoralidade da política é
apresentada como aquela em que o princípio fundamental é:
“O fim justifica os meios.” Já em uma moral rigorística como
31 a kantiana, em geral em uma moral do dever, a consideração
de um fim externo à ação não só é imprópria mas também é
impossível, porque a ação, para ser moral, não deve ter outro
34 fim que o cumprimento do dever, que é precisamente o fim
intrínseco à própria ação.

Norberto Bobbio, *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. Trad.
Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 2002 (com adaptações).

Os itens que se seguem apresentam paráfrases de trechos do texto.
Julgue-os sob dois ângulos: correção gramatical e fidedignidade às
idéias desenvolvidas no texto.

- 1 As teorias morais que reconhecem serem distintas ações finais e as instrumentais derogam o dualismo moral, onde se incluí o maquiavelismo. (l.1-9)
- 2 Visto que todas as teorias prescrevem que a ação seja julgada com base no contexto e na intenção, o dualismo fundamenta-se na distinção entre dois tipos de ação. (l.9-15)
- 3 O maquiavelismo contribui para se explicar a imoralidade da política, haja visto postular que as ações humanas devem ser julgadas quanto aos fins que se queiram alcançar. (l.16-23)

Com relação às idéias desenvolvidas no texto e a aspectos gramaticais, julgue os itens a seguir.

- 4 No quarto parágrafo, o autor critica o fato de as normas reguladoras da política serem avaliadas segundo um critério particular de juízo que se assemelha ao critério de julgamento das ações finais.
- 5 Não há elementos textuais que sustentem a inferência de que o autor do texto, Norberto Bobbio, faz, no quinto parágrafo, a apologia da teoria kantiana da moral por considerá-la de valor moral superior ao das demais teorias da moral.
- 6 O emprego do conector “enquanto” (l.7) contribui para que se estabeleça o sentido de que as ações instrumentais, ao contrário das ações finais, têm valor circunstancial.
- 7 Na linha 21, se a vírgula que antecede o pronome relativo “que” fosse omitida, o sentido e a correção gramatical do texto seriam preservados.
- 8 No trecho “em que o princípio fundamental é” (l.29), a correção gramatical seria mantida caso se substituísse “em que” por **cujo**, desde que fosse suprimido o artigo definido.

1 O deputado Apolônio Dourado, em entrevista ao
Jornal do Momento, manifestou-se contra a ascensão
funcional entre carreiras de funções correlatas ou mesmo a
4 reserva de vagas para seleção interna. Ele argumentou que
era contra porque, segundo a Constituição Federal, todos
são iguais perante a lei. Disse, ainda, que, assim sendo, o
7 funcionário que quiser ascender funcionalmente tem de
disputar a vaga em um concurso externo, como qualquer
outro cidadão o faz.

10 No dia seguinte à entrevista, o mesmo jornal
publicou carta do leitor J. Prata, na qual constava o
seguinte: “Se o deputado Apolônio pensa assim, deveria ser
13 coerente e abrir mão de todos os privilégios dados aos
parlamentares (ajudas de custo diversas, recesso etc.) para
que fique igual aos demais servidores públicos, já que o
16 parlamentar também é um servidor público. Se ele disser
que não abre mão porque o parlamentar exerce uma função
de natureza diferente dos demais servidores, eu concordo
19 com ele. Mas, então, ele também terá de concordar comigo
quando eu digo que um funcionário que já atua em
22 público, não é igual a uma pessoa que nunca fez parte
daquela carreira.”

Com base na situação hipotética apresentada acima, julgue os
itens subsequentes.

- 9 Pelo que se depreende da argumentação de J. Prata, ele julga que a maioria dos servidores públicos não tem direito a ajuda de custo e a recesso.

- 10 Diferentemente da forma como argumenta o leitor J. Prata, o deputado Apolônio sustenta a sua opinião valendo-se, de forma objetiva, de fundamento previsto em lei.
- 11 O período “Ele argumentou (...) perante a lei” (l.4-6) poderia ser reescrito corretamente da seguinte forma: O deputado explicou porque era contrário à prática referida e citou o princípio constitucional da igualdade dos cidadãos perante às leis.
- 12 Seria mantida a coerência do texto caso a oração iniciada por ‘Se’ (l.12) fosse substituída por: **Uma vez que ele pensa assim.**
- 13 A expressão ‘abrir mão’ (l.13) foi empregada em sentido denotativo.
- 14 Se a situação de comunicação fosse outra, que exigisse o registro formal da língua, na carta escrita por J. Prata, o segmento “uma função de natureza diferente dos demais servidores” (l.17-18) deveria ter a expressão sublinhada modificada.
- 15 A oração com verbo no gerúndio ‘tendo nela ingressado por concurso público’ (l.21-22) poderia corretamente ser assim estruturada: **na qual tenha ingressado por meio de concurso público.**

O desmatamento e as queimadas prejudicam a vida dos moradores de cerca de mil municípios brasileiros, diz a pesquisa do IBGE em que os próprios prefeitos avaliam os danos ambientais. O desmatamento está entre os três maiores causadores de danos ambientais em 18 estados. As queimadas, em 14. Mas duas regiões específicas chamam a atenção dos pesquisadores: o oeste da Bahia e os estados localizados na margem norte do rio Amazonas.

Na Amazônia, os motivos da devastação são os mesmos de sempre: extração de madeira, pecuária, plantio de soja e ocupação predatória. O avanço da agricultura é o grande responsável pela devastação no oeste da Bahia. Se, por um lado, indica prosperidade econômica, por outro significa a ampliação das queimadas para apressar a preparação da terra a ser cultivada.

Ameaça que apavora mil cidades. In: Correio Braziliense, “Meio ambiente”, 14/5/2005, p. 9 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que envolvem o tema por ele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 16 Entre os mais conhecidos danos trazidos pelos desmatamentos e queimadas destacam-se a destruição da vegetação, a morte de animais e, no que concerne ao solo, a perda de matéria orgânica e sua maior exposição à erosão.
- 17 Graças à dimensão das bacias hidrográficas brasileiras, até o momento o país desconhece casos de assoreamento de rios, lagos e represas que, decorrentes de problemas ambientais, possam gerar algum tipo de preocupação.
- 18 Além das queimadas e dos desmatamentos, quando se fala em alterações ambientais que prejudicam a vida da população deve-se pensar também, entre outros aspectos, em poluição da água e em esgotos que correm a céu aberto.

- 19 A falta de saneamento básico adequado é um dos elementos que mais diretamente interferem na mortalidade infantil em um país como o Brasil. Sabe-se que, em domicílios onde o esgotamento sanitário é inadequado ou inexistente, o índice de mortalidade de crianças é várias vezes mais elevado que em residências onde o problema não se apresenta.
- 20 Infere-se do texto que, em cidades brasileiras de grande porte — como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, por exemplo —, as diversas modalidades de poluição, a começar pela reconhecida má qualidade do ar, têm nas queimadas sua causa mais comum e determinante.

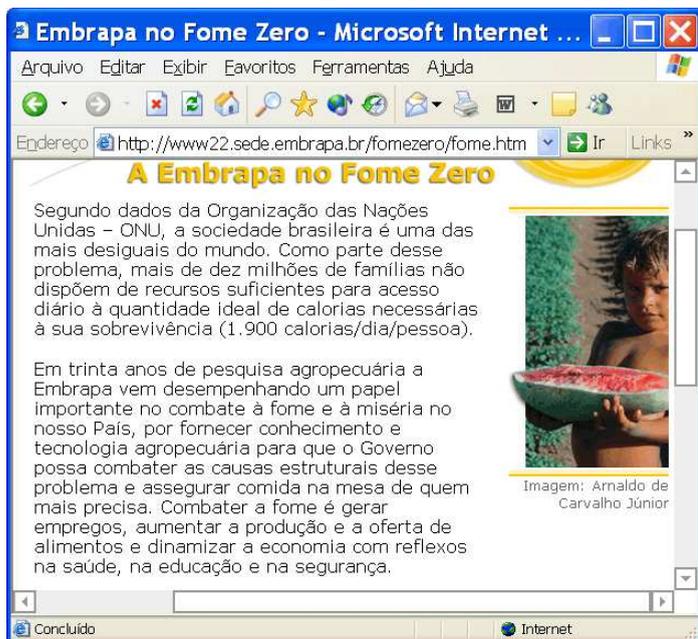
Argentina e Brasil são, ou podem tornar-se, no plano sul-americano, o que Alemanha e França são para a Europa. Análogas razões de política internacional aconselham uma aliança estratégica entre nossos países. Essa aliança pode ser um elemento essencial para fortalecer a autonomia nacional e a capacidade de negociação dos dois países, particularmente com os Estados Unidos da América (EUA) e a própria União Européia.

Argentinos e brasileiros são muito diferentes, não raro opostos em muitos traços de seu caráter nacional. Mas não mais que alemães e franceses, por exemplo. E essas diferenças atraem; graças a elas, nossos povos podem complementar-se e enriquecer-se mutuamente. A quem interessa afastar Argentina e Brasil? Sempre haverá prioridades divergentes, diferenças de opinião e de situação nacional. O que não se deve permitir é que essas diferenças sejam magnificadas por redes de intrigas, que prejudicam nossos objetivos estratégicos.

Paulo Nogueira Batista Jr. Argentina e Brasil. In: Folha de S. Paulo, 5/5/2005, p. B2 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e explorando a amplitude que o tema sugere, julgue os itens subsequentes.

- 21 Ao examinar as relações brasileiro-argentinas, o texto o faz considerando, implicitamente, o atual cenário econômico mundial, assinalado pela tendência à formação de blocos de países com vistas à inserção mais vantajosa em um mercado globalizado e altamente competitivo.
- 22 A analogia pretendida pelo texto, em termos de política internacional, a rigor não se sustenta. Enquanto, na América do Sul, as diferenças entre Brasil e Argentina são pontuais, na Europa razões históricas sempre impediram a aproximação entre França e Alemanha.
- 23 Um exemplo de como atua a rede de intrigas, mencionada no texto, deu-se na recente cúpula entre países sul-americanos e árabes que Brasília sediou. A não-participação de Nestor Kirchner, em certa medida, esvaziou a reunião e deu claro sinal de descontentamento do governo de Buenos Aires com a atual política externa brasileira.
- 24 O surgimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) decorre, entre outras motivações, de um passo pioneiro, qual seja, a aproximação entre Argentina e Brasil, nos anos 1980, conduzida pelos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney.
- 25 Em linhas gerais, o ponto de vista defendido no texto é que, da mesma forma que a vitoriosa União Européia somente se torna factível a partir da superação de antigas idiossincrasias, os “objetivos estratégicos” dos dois maiores países sul-americanos somente poderão ser alcançados pela via do confronto ostensivo com a atual potência hegemônica mundial.

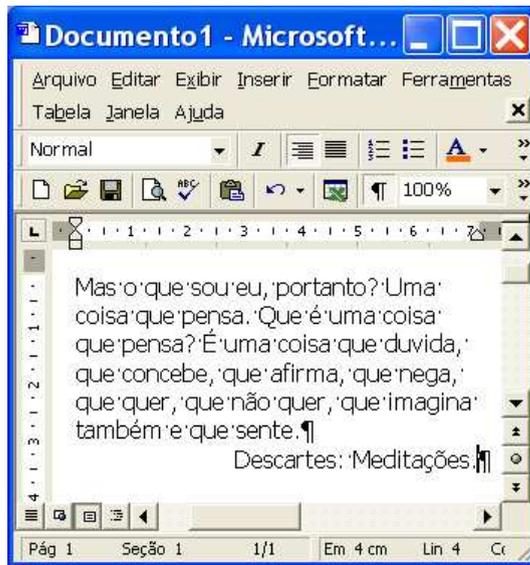


Considerando que a janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada acima esteja em execução em um computador PC, cujo sistema operacional é o Windows XP Professional, julgue os itens seguintes, considerando ainda a página *web* mostrada na referida janela.

26 Para se selecionar o trecho de texto “Em trinta anos de pesquisa (...) na educação e na segurança.”, copiá-lo e colá-lo em um documento Word 2000 em edição no computador, é suficiente realizar o seguinte procedimento: posicionar o ponteiro do *mouse* sobre a palavra “Em” desse trecho; pressionar e manter pressionado o botão esquerdo do *mouse*; posicionar o ponteiro do *mouse* imediatamente após “segurança.”; liberar o botão esquerdo do *mouse*; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **C**; liberar a tecla **Ctrl**; no documento Word, posicionar o ponto de inserção no local desejado; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **V**; liberar a tecla **Ctrl**.

27 Ao se clicar o ícone , será iniciado processo de acesso à página *web* definida como inicial do IE6, ou seja, aquela definida como a primeira página *web* que deve ser acessada ao se iniciar uma sessão de uso do IE6.

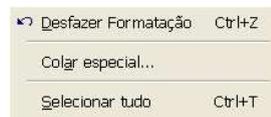
28 Para se acessar recursos disponíveis a partir do IE6 que permitem enviar o conteúdo da página *web* mostrada a um destinatário, na forma de mensagem de correio eletrônico, é suficiente clicar o botão . Esses recursos permitem, por exemplo, obter a janela ilustrada a seguir, desde que haja configuração suficiente.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2000, julgue os itens a seguir, sabendo que o ponto de inserção está posicionado no final da última linha mostrada do documento.

29 Para definir o último parágrafo mostrado do documento — “Descartes: Meditações.” — com o mesmo alinhamento do parágrafo imediatamente acima, é suficiente clicar o botão .

30 As opções mostradas na figura a seguir são disponibilizadas ao se clicar o menu **Formatar**.



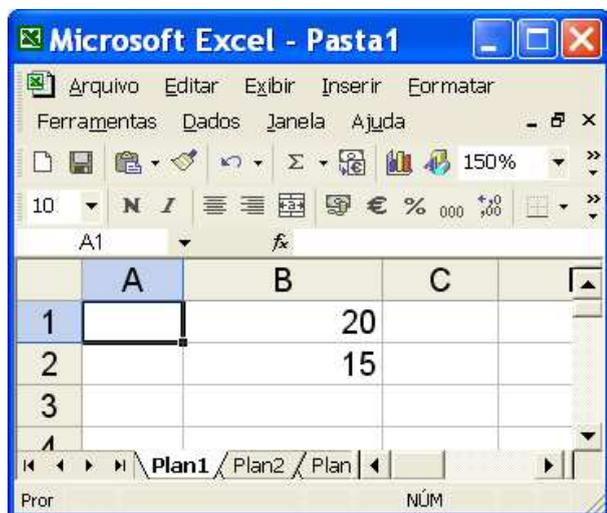
31 Para aplicar o estilo itálico apenas à palavra “Descartes”, é suficiente realizar o seguinte procedimento: aplicar um clique duplo sobre a referida palavra; clicar .

32 Para inserir uma marca de tabulação no início da primeira linha mostrada, é suficiente realizar o seguinte procedimento: pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar ; liberar a tecla ; teclar .

Com relação ao Windows XP Professional, julgue os itens subsequentes.

33 Em geral, as janelas dos aplicativos do Windows apresentam três botões no canto superior direito: ,  e . O botão  permite minimizar a janela, enquanto os botões  e  permitem, respectivamente, maximizá-la e fechá-la.

34 Para desligar corretamente um computador que use como sistema operacional o Windows XP Professional, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar, com o botão esquerdo do *mouse*, uma região vazia da área de trabalho; na lista de opções que aparece em decorrência dessa ação, clicar a opção Fazer logoff.



A figura acima mostra uma janela do Excel 2002, com uma planilha em processo de edição. Com relação a essa janela e ao Excel 2002, julgue o item abaixo.

35 Para multiplicar os valores numéricos contidos nas células B1 e B2, pondo o resultado na célula B3, é suficiente clicar a célula B3 e, em seguida, clicar .

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base nas normas de auditoria ditadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), julgue os itens seguintes.

36 O relatório da auditoria interna deve ser apresentado ao dirigente da empresa ao qual está subordinado o responsável pelo setor de auditoria, e seu conteúdo poderá ser divulgado tão logo o documento seja entregue àquele dirigente.

37 Existe uma relação direta entre risco de auditoria e o nível estabelecido de relevância; quanto maior for o risco de auditoria, maior será o valor estabelecido como nível de relevância. Essa relação deve ser levada em conta ao se determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria.

Tomando por base as normas de auditoria aplicáveis à administração pública, julgue os próximos itens.

38 Se, na conclusão dos trabalhos de auditoria, não for possível obter elementos comprobatórios suficientes e adequados, impedindo a formação de uma opinião quanto à regularidade da gestão, a opinião decorrente dos exames fica sobrestada, por prazo previamente fixado para o cumprimento de diligência pelo órgão ou unidade examinado, quando, então, mediante novos exames, o sistema de controle interno emitirá o competente certificado.

39 A auditoria interna nas entidades da administração pública federal indireta deve estar vinculada ao seu conselho de administração ou, na sua inexistência, à diretoria financeira, por delegação do presidente da entidade.

40 As unidades de auditoria interna das empresas públicas vinculadas aos ministérios estão sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica da Controladoria-Geral da União e dos órgãos setoriais do sistema de controle interno do Poder Executivo federal, em suas respectivas áreas de jurisdição.

Com relação a auditoria e seus conceitos gerais, julgue os itens a seguir.

41 A auditoria interna tem como característica inerente a responsabilidade trabalhista.

42 Sob o enfoque da segregação de funções, que é fator essencial a um sistema eficaz de controle interno, é recomendável que uma única pessoa, na organização, seja responsável pela custódia dos bens de naturezas similares e, conseqüentemente, passíveis de substituição de uns pelos outros.

43 A realização de testes mediante a adoção de técnicas de amostragem estatística permite ao auditor certificar-se definitivamente de que as demonstrações financeiras são fidedignas e estão isentas de erros.

44 O auditor independente que busque apoio na auditoria interna do cliente deve levar em conta se os auditores internos têm independência na execução de seus trabalhos, bem como as suas posições hierárquicas dentro da empresa.

Com base na teoria e na legislação sobre orçamento público, julgue os itens seguintes.

- 45 A situação em que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) condiciona a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa à estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos três primeiros exercícios financeiros, aplica-se tanto a projeto como a nova atividade.
- 46 Uma empresa estatal não-dependente que receba recursos do orçamento fiscal da União a título de participação societária e os utilize para aquisição de imobilizado não integrará o orçamento fiscal, mas, sim, o de investimentos das estatais.
- 47 Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos quatro últimos meses do exercício financeiro, cujos saldos forem utilizados no ano seguinte, em obediência ao princípio da anualidade são computados na execução orçamentária do exercício em que foram autorizados.
- 48 As entidades que integram o orçamento fiscal da União terão todas as suas receitas e despesas nele incluídas, inclusive as relativas a operações de crédito e a convênios, e, em particular, os recursos próprios.

Considerando as normas orçamentárias no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 49 Para efeito de padronização de critérios e consolidação de relatórios, todos os entes da Federação adotam a mesma classificação dos programas. A diferenciação das ações de cada esfera se estabelece por meio dos subprogramas.
- 50 A cobertura do *deficit* de manutenção das empresas públicas é considerada uma subvenção social, desde que a empresa beneficiada não tenha fins lucrativos.
- 51 Pelo regime contábil adotado no Brasil, na execução orçamentária, são computadas em cada exercício financeiro as receitas lançadas e as despesas compromissadas.

Quanto às técnicas de elaboração do orçamento, julgue o próximo item.

- 52 Na técnica do orçamento base-zero, é necessária a justificativa de cada item a partir de um ano zero de fundamentação, sem considerar os gastos realizados no passado, objetivando-se, também, ordenar os programas governamentais de acordo com suas prioridades, indicando quais desses programas seriam preteridos caso fosse necessário um corte nos gastos do governo.

| receita | R\$ mil | despesas | R\$ mil |
|----------------------------|---------|-------------------------|---------|
| receita tributária | 500 | despesas de custeio | 400 |
| novas operações de crédito | 200 | juros da dívida pública | 150 |
| refinanciamento da dívida | 100 | investimentos | 150 |
| | | amortização da dívida | 100 |

Considerando o orçamento preliminar de um ente representado na tabela acima, julgue o item subsequente.

- 53 Constata-se que esse orçamento deverá ser alterado, pois as operações de crédito excedem as despesas de capital.

Com base na Lei n.º 6.404/1976 — Lei das Sociedades por Ações —, julgue os itens a seguir.

- 54 Quando a lei estabelece que o reembolso pode ser pago à conta de lucros ou reservas, ficando as ações em tesouraria, isto significa que, com a cobertura desses lucros ou reservas, a sociedade não precisa efetuar um desembolso imediato do valor correspondente a essas ações.
- 55 Uma sociedade por ações que esteja sujeita a legislação especial aplicável à atividade que constitui o seu objeto, com normas contábeis específicas, deverá ajustar sua escrituração mercantil a essas disposições, elaborando outras demonstrações financeiras para atender ao prescrito na legislação comercial.
- 56 Integram o patrimônio líquido das companhias, entre outras contas, as subvenções para aquisição de imobilizado, o valor recebido pela alienação de bônus de subscrição e a parcela do preço de emissão das ações sem valor nominal que exceder o montante destinado à formação do capital social.

Com base na Lei Complementar n.º 101/2000 — LRF —, julgue os itens seguintes.

- 57 A operação de crédito por antecipação de receita que não seja liquidada no próprio exercício em que tenha sido efetuada deverá ser paga à conta do orçamento do exercício subsequente.
- 58 Uma característica essencial da renúncia de receita é que ela não se aplica de forma indiscriminada; em outros termos, a renúncia corresponde a algum tipo de redução tributária implicando tratamento diferenciado.

De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens subsequentes.

- 59 A abrangência da legislação acerca de licitações e contratos compreende a administração direta e as entidades da administração indireta de direito público dos três poderes e das três esferas da administração. As entidades da administração indireta regidas pelas normas do direito comercial adotarão regras próprias e independentes.
- 60 As licitações são aplicáveis aos consórcios públicos, daí resultando contratos administrativos envolvendo órgãos ou entidades dos diversos entes da Federação consorciados.

Com base nas disposições do Código Civil, julgue o item abaixo.

- 61 Os bens públicos de uso comum do povo pertencem ao patrimônio contábil do órgão ou da entidade estatal responsável pela sua aquisição, construção ou manutenção.

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir.

- 62 A regra geral aplicável aos fundos especiais, quanto aos saldos positivos apurados no balanço do final do exercício, é a transferência dessa disponibilidade para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo.
- 63 Os bens móveis e imóveis devem ser avaliados pelo custo de aquisição, produção ou construção, deduzido da respectiva depreciação.

A respeito dos princípios fundamentais de contabilidade, julgue os próximos itens.

- 64 A constituição de provisões para perdas de ativos, efetuada obrigatoriamente na escrituração dos órgãos da administração direta, está em consonância com o princípio da oportunidade.
- 65 O *superavit* ou o *deficit* na demonstração das variações patrimoniais é apurado de acordo com o princípio da competência. Nesse sentido, integram o resultado todas as receitas auferidas, recebidas ou não, e todas as despesas incorridas, pagas ou não.

No tocante ao controle de materiais, julgue o item abaixo.

- 66 Na redistribuição do material de consumo, o termo de responsabilidade deverá ser atualizado e assinado pelo novo responsável.

| | R\$ mil |
|--------------------------------------|---------|
| receita prevista | 500 |
| receita arrecadada | 450 |
| despesa empenhada | 480 |
| despesa liquidada | 450 |
| despesa paga (relativa ao exercício) | 390 |

Considere que a tabela mostrada acima representa a situação de determinado ente, ao final do exercício financeiro. Com relação a essa situação hipotética e à contabilidade pública, julgue os itens que se seguem.

- 67 Em consonância com os critérios adotados pela Lei n.º 4.320/1964, não houve *superavit* nem *deficit* na execução orçamentária acima representada.
- 68 Na situação apresentada, o valor máximo passível de inscrição em restos a pagar relativamente às despesas processadas é de R\$ 60.000,00.

Com referência aos relatórios contábeis, julgue os itens a seguir.

- 69 Constituem exemplos de variações passivas independentes da execução orçamentária a encampação, pelo Tesouro, de dívidas de uma estatal privatizada e a doação de material permanente a outro ente da administração.
- 70 Considere que, no relatório resumido da execução orçamentária do governo federal relativo ao mês de março, uma das colunas do demonstrativo dos restos a pagar contenha os valores inscritos. Nessa situação, é razoável admitir que esses valores inscritos não se alterem ao longo do exercício, pois as inscrições são efetuadas somente ao final de cada ano.

Com relação aos conceitos e à legislação aplicáveis à contabilidade pública, julgue os itens a seguir.

- 71 As empresas públicas mantidas com recursos dos orçamentos fiscal ou da seguridade social integram o SIAFI e nelas é adotada a contabilidade pública.
- 72 As empresas públicas mantêm sistemas de contabilidade nos moldes do setor privado e estão obrigadas a atender às exigências da legislação comercial. Podem ainda revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito e organizar-se como sociedades por ações e, assim, estão sujeitas à legislação desse tipo de sociedade.
- 73 Entre as exceções ao princípio da exclusividade, a lei orçamentária pode conter autorização para a abertura de créditos suplementares e especiais, de acordo com os limites fixados em cada caso.
- 74 Os créditos extraordinários só são abertos em virtude da inexistência de recursos suficientes para a sua cobertura, devendo ser obrigatoriamente compensados até o final do exercício.
- 75 As receitas orçamentárias constituem fontes de recursos para as despesas autorizadas; quando destinadas especificamente a determinado tipo de aplicação, essas receitas são consideradas vinculadas.
- 76 Operações de crédito e remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional são consideradas fontes de recursos primárias.
- 77 O pagamento dos tributos pelos contribuintes, junto à rede bancária, constitui o estágio da receita conhecido como recolhimento.
- 78 O empenho da despesa assegura ao fornecedor do bem ou ao prestador do serviço que o seu pagamento é devido desde que a obrigação contratual seja cumprida.
- 79 Quando o governo adquire do agricultor produtos agrícolas pelo preço de mercado e os revende, posteriormente, ao consumidor, também pelo preço de mercado, superior ao da aquisição, a diferença constitui uma subvenção econômica.
- 80 Constituem despesas de transferências correntes, entre outras, as aposentadorias, as pensões e o auxílio-maternidade.

| | |
|-----------------------------------|---------------|
| preço de venda unitário | R\$ 987,50 |
| custo variável unitário | R\$ 520,00 |
| custos fixos | R\$ 52.100,00 |
| impostos incidentes sobre receita | 20% |
| impostos incidentes sobre lucro | 24% |

capacidade máxima: 3.500 unidades

Considerando as informações do quadro acima relativas a determinada empresa, julgue os itens seguintes.

- 81 Considerando a produção de 2.000 unidades e venda de 900, utilizando o custeio por absorção, a empresa obterá lucro líquido inferior a R\$ 145.000,00.
- 82 O ponto de equilíbrio contábil será superior a 200 unidades.

- 83 Um acréscimo de 20% nos custos variáveis proporcionará um acréscimo de 70% na quantidade do ponto de equilíbrio contábil.
- 84 Sob a óptica do custeio variável, a empresa conseguirá obter lucro líquido acima de R\$ 80.000,00, caso sua venda supere 583 unidades.
- 85 A margem de contribuição da empresa, considerando tributos, é de R\$ 270,00.
- 86 Caso a empresa comercialize 50% da capacidade máxima instalada, com acréscimo de 15% nos custos fixos, seu resultado líquido será superior a R\$ 313.500,00.

RASCUNHO

| conta/ano | 2003 (em R\$) | 2004 (em R\$) |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| caixa | 1.235 | 3.698 |
| banco | 58.978 | 78.987 |
| aplicações de liquidez imediata | 47.987 | 78.441 |
| seguros antecipados | 2.580 | 3.980 |
| duplicatas a receber de clientes | 78.987 | 114.798 |
| duplicatas descontadas | (3.598) | (18.754) |
| provisão para devedores duvidosos | (4.879) | (8.742) |
| material de consumo | 3.578 | 7.895 |
| duplicatas a pagar | 158.790 | 165.870 |
| títulos a receber de longo prazo | 98.785 | 114.789 |
| ações de controladas | 47.879 | 57.980 |
| terrenos | 148.790 | 157.870 |
| prédios | 258.789 | 265.870 |
| veículos | 147.890 | 165.745 |
| máquinas e equipamentos | 235.870 | 258.700 |
| depreciação acumulada | (47.174) | (77.610) |
| gastos pré-operacionais | 58.700 | 65.000 |
| minas de ouro | 987.000 | 987.000 |
| lucros/(prejuízos) acumulados | (597.472) | 230.472 |
| seguros a pagar | 890 | 1.587 |
| estoques | 158.700 | 254.780 |
| fornecedores | 158.790 | 165.870 |
| energia a pagar | 8.795 | 9.236 |
| aluguel a pagar | 7.980 | 8.974 |
| telefone a pagar | 3.587 | 2.857 |
| exaustão acumulada | (1.006.400) | (1.509.600) |
| financiamento de veículos | 87.900 | 58.700 |
| provisões passivas | 248.750 | 58.700 |
| salários a pagar | 97.800 | 104.587 |
| capital social | 600.000 | 600.000 |
| água e esgoto a pagar | 4.587 | 5.004 |
| receitas antecipadas a curto prazo | 547.800 | 128.500 |
| empréstimos bancários | 458.000 | 58.970 |
| debêntures emitidas a longo prazo | 658.700 | 658.700 |
| deságio na emissão de debêntures | (210.000) | (210.000) |
| empréstimos bancários de longo prazo | 85.000 | 75.000 |
| reserva de reavaliação | 81.000 | - |
| ágio na emissão de debêntures | 125.800 | 125.800 |
| reserva legal | 5.000 | 10.000 |
| minas de diamantes | 1.258.000 | 1.258.000 |

Considerando o conjunto de contas apresentado no balancete acima, julgue os itens seguintes.

- 87 Ao apurar a despesa com depreciação, a empresa deve registrar um débito no resultado do período. Ao considerar ajustes para a determinação do lucro financeiro, uma das exclusões será, justamente, a despesa com depreciação do período.
- 88 Uma empresa que tem interesse em comercializar as ações de outras companhias, classificadas inicialmente no ativo permanente, deve realizar uma nova classificação e registrar o valor correspondente em conta de ativo circulante.
- 89 O registro da provisão para perdas de investimentos reduzirá o ativo permanente. O registro deverá ser a débito de resultado e a crédito de passivo circulante.

- 90 Ao efetuar o registro da despesa com exaustão de recursos minerais, a empresa estará reduzindo o resultado do exercício e também reduzirá o seu ativo permanente. Como esta operação não afeta o ativo circulante, o valor do índice de endividamento continuará inalterado.
- 91 A perda com devedores duvidosos, quando existe a provisão constituída, não deve ser registrada em conta de resultado. A baixa deve ser a débito de provisão para devedores duvidosos e a crédito de contas a receber, até o limite da provisão.
- 92 Ao registrar o ágio na emissão de debêntures, a empresa aumenta o índice de liquidez geral.
- 93 O crédito de provisões passivas para contingências caracteriza uma provável redução no ativo circulante. O registro dessa provisão reduz o índice de liquidez seca.
- 94 Ao incorporar a reserva de reavaliação ao ativo correspondente, a empresa deve debitar uma conta de ativo e creditar uma conta de reserva de reavaliação, conta que faz parte das contas de resultado.
- 95 O registro da realização da receita antecipada reduz o índice de liquidez corrente, caso a receita antecipada esteja registrada no passivo circulante.
- 96 O índice de endividamento de 2004 é superior a 55%.
- 97 O patrimônio líquido do ano de 2003 é maior que R\$ 214.320,00.
- 98 O ativo permanente do ano de 2003 é de R\$ 343.568,00.
- 99 O índice de liquidez seca do ano de 2004 é maior que 0,3380.
- 100 O índice de liquidez corrente do ano de 2003 é maior que 0,25.

RASCUNHO

Acerca da elaboração das demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

- 101 Os juros sobre capital próprio devem ser calculados em relação à taxa média do mercado, acrescida da variação apurada pela inflação e pela taxa de juros de longo prazo (TJLP).
- 102 O registro da provisão para férias e 13.º salário deve seguir o regime de caixa e só deve ser computado em novembro do ano em que a despesa ocorreu.
- 103 O valor de marcas e patentes apurado por uma empresa que sofreu fusão deverá ser registrado em seu passivo circulante e não deverá fazer parte das demonstrações consolidadas.
- 104 As despesas com exaustão, depreciação, amortização, provisão para devedores duvidosos devem ser classificadas como acréscimo ao lucro, para a apuração da demonstração de origens e aplicação de recursos e devem ser deduzidas do resultado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- 105 O registro de dividendos a distribuir deve ser contabilizado a crédito de passivo e a débito do patrimônio líquido. Na apuração da demonstração de origens e aplicação de recursos, independentemente da classificação no passivo, a distribuição de dividendos deverá sempre ser uma aplicação de recursos, para a empresa que distribuiu.
- 106 Na demonstração das mutações do patrimônio líquido, será evidenciada a baixa da provisão para perdas de estoques, além da constituição de reservas de lucro, capital e distribuição de dividendos.
- 107 O registro da aquisição de ações da própria empresa, para sua manutenção em tesouraria, reduzirá o valor do patrimônio líquido e também do ativo.
- 108 Ao converter passivo em capital, a empresa estará reduzindo o percentual de capital de terceiros e também reduzirá seu índice de endividamento. O lançamento dessa operação deve ser a débito de passivo e a crédito de capital social.
- 109 O registro de despesas pessoais dos sócios na contabilidade da empresa fere o princípio da entidade e provoca uma redução do lucro e também do ativo circulante. Assim, é expressamente proibido o registro de despesas que não estejam vinculadas às atividades da empresa por sócios ou prepostos.
- 110 O registro dos elementos do ativo permanente deverá obedecer à ordem de liquidez. Caso a empresa necessite reavaliar seus bens do ativo permanente deve ser constituída, inicialmente, a reserva de reavaliação. Essa reserva de reavaliação poderá ser revertida, ao se constatar que sua existência é inverídica.

Quanto aos tributos e suas influências no patrimônio, julgue os itens que se seguem.

- 111 A empresa deve deduzir, da nota fiscal de compra, o valor do PIS/PASEP. Esse valor deve ser recolhido aos cofres públicos e, posteriormente, deve fazer parte de programas de integração. A apuração do PIS é semelhante à apuração do ICMS porque ambos incidem sobre o valor da mercadoria adquirida para revenda.
- 112 Os tributos recuperáveis não devem fazer parte do registro da mercadoria para revenda. Ao registrar a compra, a prazo, de mercadoria para revenda, com crédito tributário, deve ser efetuado um crédito em fornecedores e dois débitos no ativo circulante, o primeiro em estoques e o segundo em impostos a recuperar.
- 113 A apuração da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) está limitada a 9% do faturamento líquido, deduzidos os impostos recuperáveis e os custos/despesas para a manutenção das atividades da empresa.
- 114 A alíquota do imposto sobre serviços está limitada a 5%, pela Constituição Federal. As empresas que comercializam mercadorias deduzirão, até o limite de 5% de seu faturamento, a título de recolhimento do ISS e a competência de fiscalização é municipal.

A respeito da classificação dos gastos em indústrias, julgue os itens seguintes.

- 115 A margem de contribuição positiva faz com que a empresa apure lucro, independentemente da quantidade comercializada. A cada produto vendido o valor da margem de contribuição aumenta o lucro proporcionalmente.
- 116 O registro de um gasto como custo proporcionará os parâmetros para a comparação de preço de venda. Os custos não são calculados, na maioria dos casos, para determinar o preço de venda, mas para determinar o limite de redução que a empresa suportaria com uma margem de lucro positiva.
- 117 O salário do vigia da fábrica deve ser considerado como custo; o salário do supervisor de vendas deve ser classificado como despesa.
- 118 Ao se implementar acréscimo na capacidade produtiva, a empresa não alavancará seu negócio. Antes de aumentar a capacidade instalada, a empresa deverá observar se o mercado absorve seus produtos e, principalmente, se sua margem de contribuição será positiva e, de preferência, superior à margem apurada anteriormente.
- 119 O estabelecimento do intervalo de significância para a tomada de decisões poderá provocar distorções em longo prazo. Uma de suas premissas básicas é a simplificação do modelo para uma análise de curto prazo.
- 120 Ao ratear os custos indiretos de fabricação, a empresa buscará o critério menos arbitrário possível. Ao adotar o custeio baseado em atividades, a empresa estabelecerá os critérios para rateio que, geralmente, são vinculados ao volume de insumos consumidos globalmente no departamento.